



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 090

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 090

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicação 03

Requerimento 03

Projetos de Lei 03

Pequeno Expediente:

Dep. Teruo Kato 04

Dep. Cleiton Kielse 05

Dep. Péricles de Mello 06

Dep. Antonio Belinati 08

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 10

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 11

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 12

Liderança da Oposição

Dep. Augustinho Zucchi 13

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 13

Discussão/Votação

3ª Discussão 14

2ª Discussão 14

1ª Discussão 14

Requerimentos 16

Encerramento da Sessão 16

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 16

Publicações Administrativas:

Abono de Permanência 19

Contagem de Tempo 19

Resumo de Pregão 19

DIÁRIO Nº 090

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE AGOSTO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Ribas Carli Filho e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Plauto Miró, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (25).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Duílio Genari (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 250/07

SÚMULA:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições regimentais, sugere ao Governador Roberto Requião a doação de imóvel urbano de propriedade do estado do Paraná à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste.

Art. 1º A Deputada Luciana Rafagnin sugere ao Governador Roberto Requião, fazer cessão de uso, ao município de Itapejara d'Oeste, de imóvel de propriedade do estado do Paraná, para funcionamento das organizações populares, de assistência social, cooperativas solidárias, sem fins lucrativos, com objetivo de gerar emprego, renda, qualidade de vida e desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, com as seguintes especificações:

Parágrafo Único. Lote Urbano nº 4 (quatro) com 1.041,20m² (mil e quarenta e um vírgula vinte metros quadrados) e Lote Urbano nº 5 (cinco) com 1.047,00m² (mil e quarenta e sete metros quadrados), ambos da quadra nº 38 (trinta e oito), da Planta Geral da Cidade de Itapejara d'Oeste, matriculados sob o nº 889 e sob o nº 891 respectivamente. Registrados do CRI 1º Ofício da Comarca de Pato Branco - Paraná. O referido imóvel possui um prédio de alvenaria que era destinado a agência do Banco Itaú.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento das organizações com sede naquele município e que atendam as especificações do parágrafo 1º, revertendo à posse do patrimônio do estado do Paraná, caso o fim não seja esse.

Sala das Sessões, em 09.08.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A indicação legislativa visa sugerir ao Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara para funcionamento das organizações daquele município.

O referido imóvel fora objeto de doação do estado do Paraná, no ano de 1975, ao Banco do Estado do Paraná S/A. Entretanto, consta na escritura de doação, em anexo, a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, ou seja, quando da privatização do BANESTADO, por força desta cláusula, o imóvel em questão não pode ser repassado ao patrimônio do Banco Itaú, muito embora este banco privado tenha usufruído desta agência até o mês de abril do corrente ano, quando resolvera encerrar suas atividades naquela cidade.

Com o fechamento da agência do Banco Itaú e conseqüentemente o encerramento de suas atividades e utilização do patrimônio público do estado do Paraná, a Prefeitura de Itapejara d'Oeste requer esta sede para que as organizações daquele município possam fazer uso do patrimônio público com fim específico de gerar renda, emprego e desenvolvimento sustentável.

Certa de que a proposição em tela atende aos superiores interesses da administração pública, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa para apoio e posterior aprovação.

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Duílio Genari, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 09 do mês corrente, pelo motivo de estar realizando consulta médica.

Sala das Sessões, em 09.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 573/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Fluviópolis, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores de Fluviópolis, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul, entidade

sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover a assistência social, objetivando o desenvolvimento e melhoria de vida da comunidade daquela região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 574/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatório o fornecimento de cupom fiscal pelas empresas de ônibus de transporte urbano e intermunicipal.

Art. 2º O cupom fiscal será fornecido, diretamente ao usuário, no ato do pagamento da tarifa.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, objetivando melhoria no serviço em um maior controle fiscal do Poder Público no transporte urbano e intermunicipal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada dispõe sobre a implantação obrigatória do cupom fiscal às empresas de transporte urbano e intermunicipal.

Todo usuário receberá um cupom fiscal na realização do pagamento da tarifa, o que facilitará o controle do Poder Público no transporte urbano e intermunicipal.

O projeto tem relevante interesse social, e acarretará benefícios às partes envolvidas, pois objetiva uma melhoria no serviço de transportes.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, concedo palavra ao Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Semana passada tivemos a visita do Ministro da Educação, Fernando Haddad, prestigiando o lançamento do Programa Paraná Alfabetizado, que está sendo desenvolvido em parceria com o Governo Federal, municípios e vários segmentos da sociedade organizada.

Tanto eu como vários Deputados estivemos no Canal da Música, participando da cerimônia, onde nosso Secretário da Educação, Maurício Requião, enfatizou a amplitude deste programa e os benefícios que irá proporcionar àquelas pessoas que não tiveram a mesma oportunidade que nós, de aprender a ler e escrever.

Deputado Nelson Justus, naquela oportunidade V. Exa. teve a felicidade de sancionar a emenda constitucional, que eleva a aplicação de recursos do orçamento na ordem de 30% no estado do Paraná.

Uma grande iniciativa para que possamos melhorar a qualidade da educação aqui em nosso estado.

Nos depoimentos apresentados, tanto de educadores quanto de educandos, pudemos sentir o quanto esta oportunidade transforma a vida daquelas pessoas.

Por isso que o Governo do Paraná tem como objetivo, neste programa, alfabetizar mais 100 mil pessoas. Para que o programa tenha sucesso, e alcance plenamente seus objetivos, é necessário que haja envolvimento de todas as lideranças que puderem ajudar no processo. Todas as pessoas que puderem formar uma turma de, no mínimo, 10 alunos, o Governo do Estado estará disponibilizando material didático e professor para que essas pessoas sejam alfabetizadas.

Portanto, uma grande oportunidade que temos de estar contribuindo com essas pessoas em aprender o básico, ler e escrever, para que tenham dignidade.

Quanto mais participo de ações desenvolvidas na área da educação, mais acredito na possibilidade de transformarmos esta nação através das pessoas. Por isso, Deputado Péricles, é que vou continuar lutando pela educação das nossas crianças, dos nossos jovens e adultos.

Há algum tempo, estive em Paranaguá visitando algumas escolas que estão funcionando em regime de tempo integral. Este processo iniciou, naquele município, com o atual Prefeito, José Baka Filho, e lá, hoje, já existem 12 escolas do município em tempo integral, oferecendo aos alunos toda formação pedagógica curricular na parte da manhã, e na parte da tarde oficinas, nas quais os alunos têm oportunidade de praticar esportes, artes, cultura e até conhecimentos de robótica. Em um encontro que tive com o Prefeito, ele se mostrou entusiasmado com os resultados alcançados até agora. Lá com a escola de tempo integral, Deputado Edson Praczyk, a evasão escolar diminuiu bastante, chegou quase a zero. Além disso, estando na escola, logicamente, o aluno não está nas ruas, muitas vezes, aprendendo coisas que não deve. Com isso, podemos dizer que a escola em tempo integral contribui muito para diminuir a delinquência juvenil.

Recentemente, a Deputada Rosane nos falou da experiência bastante positiva de escolas em tempo integral no município de Apucarana. Falei com o Prefeito Padre Valter e ele me enviou todo o material explanando sobre os resultados altamente significativos que ele também vem alcançando com este programa. Segundo o Prefeito Padre Valter, quando se fala em escola em tempo integral, a primeira coisa que vem em mente, principalmente dos

Prefeitos, é de que os gastos são elevados. Todo mundo acha que vai dobrar os gastos com a educação e, na prática, não é bem isso que acontece. Em Paranaguá, o Prefeito tem conseguido implantar essas escolas em tempo integral, utilizando os mesmos 25% da educação, e em Apucarana o investimento para a manutenção de 36 escolas em tempo integral do município estão conseguindo em torno de 30% do orçamento. Portanto, não é o dobro que todo mundo imagina.

Isto quer dizer que a implantação de escolas em tempo integral, Deputada Luciana, depende mais da vontade política do que propriamente de recursos. Logicamente que não se trata de uma tarefa fácil. É uma decisão política que, havendo vontade, pode ser tomada e pode ser viabilizada. Inicialmente, nem todos terão as condições ideais de fazer essa mudança. No entanto, Paranaguá e Apucarana souberam utilizar a criatividade para viabilizar seus sonhos. Fizeram parcerias com a sociedade organizada, incluindo SESI, SENAI, igrejas, clubes de serviço, e acabou acontecendo.

Com o propósito de levar adiante essa idéia de escolas em tempo integral - pois acredito como sendo o melhor caminho para formação das nossas crianças - fui a Brasília em busca de mais informações e falei com assessores da Senadora Fátima Cleida, de Rondônia, que também vem defendendo esse projeto de escola integral. Com isso, pretendo estar em permanente troca de informações e buscando fazer com que essa idéia amadureça e possa ser incorporada cada vez mais em nossas escolas do Brasil.

Deputado Péricles, amanhã estaremos realizando em Paranaíba um seminário regional sobre escola em tempo integral e estarei lá participando da Comissão de Educação. Vamos ter como palestrantes o Prefeito de Apucarana, Padre Valter e também o Presidente da APP-Sindicato, professor José Rodrigues Lemos. Esse evento está sendo realizado em parceria também com o Fórum de Desenvolvimento de Paranaíba, aonde a Câmara Técnica de Educação vem há muito tempo discutindo esse tema. Nesse seminário participarão Prefeitos, Secretários Municipais de Educação, Coordenadores Pedagógicos, e logicamente pessoas interessadas no assunto.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os Deputados para participarem desse importante evento. Com esta iniciativa, através desse seminário, particularmente acredito que esteja dando uma grande contribuição para que possamos estar melhorando a educação, a qualidade de ensino, principalmente das nossas crianças e dos nosso jovens.

Sr. Presidente, caros Deputados, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Como estivemos aqui apresentando o relatório do apagão aéreo, uma pesquisa e investigação que fizemos junto com os Deputados Marcelo Rangel e Antonio Belinati, tínhamos um convite da presidência da República para entregarmos à presidência e também ao Ministro da Defesa, ainda então o Ministro Valdir Pires, o relatório que tínhamos feito em favor da tentativa de termos, não só um controle aéreo mais eficiente, mas buscando realmente a atenção da Aeronáutica, da INFRAERO, da ANAC, e do próprio Presidente da República, o problema que estamos ainda passando. E na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, estivemos em Brasília, conversamos com a assessoria da ANAC, entregamos o relatório no Ministério da Defesa, entregamos na casa do Presidente da República. Ele estava chegando de viagem e o Chefe de Gabinete Gilberto Carvalho, pediu que levasse até a casa do Presidente. Fizemos uma reunião com vários integrantes da Aeronáutica - e tivemos uma informação - e com o novo Ministro.

V. Exas. estão acompanhando as mudanças que estão acontecendo. Estamos tendo uma eficiência, não só nos relatórios formados pela própria CPI aonde temos 2 Deputados Federais do nosso estado, Deputado Rocha Loures - também mandamos esse relatório à mesa do Deputado Rocha Loures, e também ao Deputado Gustavo Fruet, onde ambos estão realmente buscando algumas informações do nosso relatório, algumas informações complementares que poderão ajudar no término da CPI que está prevista para daqui a 60 dias, mas tendo uma configuração muito diferente daquele discurso que fizemos a cerca de 40 dias atrás, Deputado Luizão. E hoje, com o Ministro Nelson Jobin, onde não só pela presença de espírito por ter sido Ministro da área da Justiça, mas a eficiência que ele está dando nas suas decisões, nos traz a esta tribuna também para explicar a esta presidência que o nosso relatório também está sendo usado pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobin.

Quanto à questão da contratação dos novos controladores de voo, um posicionamento muito firme da assessoria do Ministro, onde poderá otimizar alguns pilotos PPs, que são pilotos privados, e que serão utilizados também em uma nova circunstanciada pela necessidade óbvia de mais de 800 novos controladores para os próximos meses, dando uma guarida no próximo triênio, nos próximos 3 anos. Mas, tendo a certeza de que o relatório que foi feito, com total seriedade, com o acompanhamento da assessoria da Assembléia, agradecendo às taquígrafas, à assessoria de imprensa que também deu ênfase, e em um relatório que o Deputado Rocha Loures nos passou, dizendo que ele se envolveu, visualizando também a ênfase que a Assembléia Legislativa deu naquela pesquisa e naquela investigação.

O Ministro já trocou o Presidente da INFRAERO. Mas palavras da sua assessoria dizem que ele está tentando, Deputado Pugliesi, trocar também os dirigentes da ANAC,

que no nosso relatório ficou muito claro que os dirigentes da ANAC trabalham com certa exclusividade para as grandes empresas aéreas que temos na aviação nacional, principalmente a GOL e a TAM, tendo, infelizmente, Deputada Rosane, alguns confrontos desnecessários, algumas ingerências infantis da ANAC, alguns posicionamentos que deveriam cair até nas barras da Justiça, pela insegurança que eles estavam propondo ao sistema aéreo nacional.

Nesse conflito que tivemos nos últimos 30 dias com o acidente da TAM, infelizmente não tínhamos previsto isso, mas tínhamos afirmado, até o próprio Ministro e até o próprio Vice-Presidente, que encontramos, José Alencar, nos disse que ninguém sabia do conflito que existia dentro de Congonhas. Mas era tão intenso esse conflito que levantou, não só pelo acidente, mas a sobrecarga de aviões que tínhamos em Congonhas era tão perigoso aos passageiros, que aconteceu esse incidente, tendo esse acidente uma repercussão internacional.

A força que obtivemos em nosso relatório, não só avalizado e lido por vários técnicos da Aeronáutica, por vários técnicos do Ministério da Defesa, eles disseram: “Deputado, agradeça à Assembléia do Paraná, porque vários pontos que o senhor afirma, já dados há 60 dias atrás, nós tínhamos que ter realmente levado esses pontos às barras da Justiça, vinculando pessoas que teriam responsabilidade criminal”.

Além de tudo, só quero dar uma ênfase, porque no relatório nós colocamos um posicionamento muito claro de que deveríamos ter a Lei de Responsabilidade Aérea Nacional, incriminando pessoalmente os donos das empresas não só nas indenizações que eles poderiam dar pelas mortes que ocorreram, nos casos dos aviões da TAM e da GOL, mas principalmente, no futuro, que poderíamos trazer mais responsabilidade aos proprietários das empresas e aos dirigentes, que teriam um cuidado muito maior no zelo com as suas aeronaves.

Por isso, Sr. Presidente, queria só agradecer a esta presidência, não só pela liberação de todos os equipamentos necessários para concluirmos a CEI, mas que a CPI Nacional, eu falei ainda ontem com o Deputado Rocha Loures, ele falará em tribuna na Câmara Federal, reafirmando que essas informações que foram enviadas constantemente à CPI, vão ser muito utilizadas e vão dar mais guarida ainda, principalmente ao CINDACTA II, onde o Coronel Kyame, que agradeço novamente, não só pelos Anais da Casa, mas também pelas informações precisas, sem ter qualquer restrição militar, foram extremamente eficazes para que, para o resto do Brasil, o Paraná saísse à frente.

Por isto, queria agradecer a todos os Deputados e principalmente a esta presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesses quase 7 meses de mandato, pude conhecer um pouco a situação dramática que vivem os pescadores do litoral paranaense, mais particularmente os pescadores da colônia de Guaratuba, uma colônia que conta com 1.200 famílias de pescadores. Estive lá algumas vezes, através de lideranças do Partido dos Trabalhadores, conversei com a direção da colônia, eles vieram a mim denunciando a situação dramática com relação à pesca. Apesar de existir uma portaria, uma lei, uma legislação federal que permitiria a pesca na baía de Guaratuba, havia uma portaria do IAP que traçava uma linha divisória na baía, dificultando extremamente o acesso à pesca por parte daquela colônia de 1.200 famílias e a única alternativa de sobrevivência que esses pescadores têm que é a pesca artesanal.

Sensibilizado por esta situação, fomos inicialmente ao Secretário do Meio Ambiente do Paraná, Sr. Rasca Rodrigues, depois ao Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, que com muita sensibilidade e agilidade entenderam a situação, e mudaram a portaria, permitindo, pelo menos nos meses de junho e julho, que os pescadores pudessem, com suas embarcações pequenas, excepcionando redes, excetuando as chamadas redes feiteceiras que podem trazer danos ambientais, os pescadores tiveram a liberação da pesca na baía com seus barcos, com tarrafas, também nos rios que desembocam na baía de Guaratuba. Fizemos várias reuniões, houve entendimento com a Força Verde, finalmente os pescadores puderam então pescar a tainha, porque a tainha é nos meses de junho e julho, meses frios.

Mas de uma forma completamente absurda, que nos deixa a todos estarecidos, talvez pessoas preconceituosas, que não querem ver os pescadores com suas embarcações na baía, fizeram um crime ambiental gravíssimo e também um crime contra o trabalho dessas famílias que vivem em situação difícil. Foram jogadas manilhas enroladas em arame farpado na baía de Guaratuba, para que os pescadores não pudessem ter acesso à pesca da tainha.

Olha, é difícil eu falar aqui o que dizem os pescadores sobre este crime. Eles têm uma visão muito clara, uma desconfiança muito nítida sobre algumas pessoas que, por puro preconceito, não querem ver pescadores pobres na baía de Guaratuba. É evidente que não temos ainda provas concretas para fazer uma denúncia mais incisiva, mas tudo leva a crer que é um crime ambiental, fundamentado no preconceito, um crime contra a vida das famílias pobres.

E o preconceito neste país é uma coisa chocante. Eu vejo aqui alguns Deputados se preocuparem com questões biológicas, qualquer equívoco do Governo Federal vem à tribuna fazendo denúncias fortes, mas o preconceito de classe é uma coisa muita profunda.

Eu vou dar um exemplo: quando fui Prefeito de Ponta Grossa, estabeleci que um domingo ou feriado por mês, escolhido pelo Prefeito, o ônibus era gratuito e nós fazíamos grandes festas comunitárias, populares, no Parque Ambiental, no centro de Ponta Grossa, e mais de 30 mil pessoas participavam. Por causa dessa decisão eu recebi um ataque sistemático da elite ponta-grossense, inclusive de setores da classe média, que entendem que os pobres só podem ter direito ao centro da cidade em dias de semana, para trabalhar, mas que no final de semana a cidade deve ser segregada - a população pobre fica no seu bairro, na periferia, e só aqueles que estão acostumados a ver o centro podem ter esse direito.

Uma coisa interessante até aconteceu e ficou na minha memória: quando foi inaugurado o Shopping Paladium, um dos maiores do Paraná, Deputado Waldyr, eu sou amigo pessoal do dono do Paladium, estudou comigo, o Aníbal Tacla, uma pessoa muito simpática, nos formamos juntos no curso de Engenharia aqui em Curitiba, em 1977, 30 anos agora, e ele ficou animado e disse: "Olha, mas que bom que vai ter esse ônibus de graça no dia da inauguração do meu shopping". Eu disse: bom, vamos esperar depois para ver o que vai acontecer. Passaram-se 6, 7, 8 meses, eu recebi um conjunto de empresários que tinham lojas no shopping, já chegaram com uma cara meio estranha no meu gabinete dizendo: "Prefeito, isto aí, inclusive, nem naturalmente o senhor tem vantagem, isto é um absurdo! Nós queremos que o senhor acabe com o domingo livre, porque não dá para agüentar! No dia de domingo livre essa rapaziada de vila que não tem dinheiro nem para tomar um guaraná, entra na praça de alimentação e os nossos clientes preferenciais deixaram de ir ao shopping!" E em cima do preconceito vem todo tipo de ataque, porque afanaram um livro na livraria, porque não sei o quê, porque nem no domingo livre tem violência e assim por diante, uma série de denúncias indiretas que surgem, fundamentalmente, do preconceito de classe contra as pessoas mais humildes, as pessoas mais pobres.

Eu disse a eles: olha, vamos fazer diferente. Vocês, então, passem a cobrar entrada no shopping no domingo livre. Eu deixo o domingo livre e vocês cobram entrada no shopping. "Não, isto não podemos fazer." Então, vocês não cobram entrada e o domingo continua livre. Tenho certeza que setores da sociedade deixaram de votar em mim por causa dessa atitude, porque o preconceito de classe é muito forte, nós vimos isto na eleição do Lula, apesar de todos os problemas do Governo Federal, sabemos que fundamentalmente a rejeição contra o Lula, histórica, é uma rejeição que nasce do preconceito de classe.

Um país escravocrata durante tanto tempo, onde o escravo era rês, não tinha nem a condição humana, tinha a condição de coisa, existe lá no mais profundo da consciência coletiva de setores do Brasil, esse preconceito onde os mais pobres são seres não tão iguais aos outros seres, são seres inferiores, que não têm direito a nada.

Esse bárbaro crime ambiental na baía de Guaratuba, é fruto, tenho absoluta certeza disto, do preconceito contra os pescadores de setores retrógrados, reacionários, elitistas, que não querem ver na sua bela baía os pescadores com suas embarcações artesanais, lutando com dificuldade pela sobrevivência.

Em função disso estou apresentando requerimento ao nosso Secretário Rasca Rodrigues e ao Presidente do IAP para que, o mais depressa possível, através da Força Verde, o Governo do Estado retire essas manilhas, possibilitando que os pescadores possam continuar na luta diária e difícil para uma sobrevivência minimamente digna.

Mas é necessário mais: há suspeitas por parte dos pescadores que a própria portaria que acabou acontecendo foi influenciada por esses setores elitistas e retrógrados, que têm preconceito contra eles.

Então, cabe à Assembléia Legislativa, e eu estou terminando um projeto de lei que regulamenta a pesca, não apenas a pesca artesanal para a sobrevivência das famílias - que não é essa pesca que prejudica o meio ambiente - determinadas regras, regulamentação da pesca na baía de Guaratuba e também em todo o litoral paranaense. Essa medida é importante para construir um Paraná mais digno, mais humano, mais fraterno, sem afetar a questão ambiental do nosso litoral que é pequeno, mas que tem coisas maravilhosas, que inclusive o Brasil devia conhecer.

Então, acho que na próxima semana já estará concluído e nós apresentaremos esta regulamentação da pesca no litoral, mas eu faço um apelo desta tribuna ao Secretário do Meio Ambiente, ao Presidente do IAP e ao Governador Roberto Requião, para que as manilhas sejam tiradas, que seja investigado em profundidade os criminosos, aqueles que cometeram esse crime bárbaro contra o meio ambiente e contra a vida dos pescadores. Que sejam presos, porque merecem isso, por um crime dessa natureza. Um crime tão bárbaro, Deputado Romanelli, que é um crime até contra a humanidade, porque uma pessoa, a partir de um preconceito querer impedir que pessoas simples possam viver com dignidade, é um crime contra a humanidade. Assim deve ser feito e o Governo deve utilizar toda força que tem para investigar quais foram as pessoas que realizaram esse grave crime.

Também estou apresentando uma solicitação: um carro do Governo, da Polícia Militar para a APAE e, por último, quero apresentar minha solidariedade aos professores universitários do Paraná e, particularmente, aos professores de Ponta Grossa, da universidade onde sou professor, que realizaram uma paralisação, demonstrando a insatisfação com a situação em que se encontra o seu salário, mas, ao mesmo tempo, tendo a maturidade de entender, dando um voto de confiança ao Governo. Não foi uma greve por tempo determinado. Ao mesmo tempo em que denunciavam a sua situação para toda a comunidade, para o Governo e cobram do Governo, eles mostram a maturidade e a expectativa de que o Governo Roberto Requião vai resolver a sua situação.

Nós falamos muito, eu, o Deputado Romanelli e demais Deputados, com os professores, que temos a melhor das intenções e acreditamos na intenção do Governo, na Secretária Lygia, que é do Partido dos Trabalhadores, mas este ano é um ano difícil, porque o Governo tem carência de recursos, mas tenho certeza absoluta que assim que o Governador Roberto Requião resolveu em bom termo a situação dos funcionários das universidades estaduais paranaenses, ele saberá também resolver, com o nosso apoio, e achar uma solução correta para a situação em que se encontram os professores das universidades.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Solicito um aparte.

(Assentimento)

Muito rapidamente, parabenizando pelo seu discurso e o senhor falou sobre paralisação dos professores. Falou sobre a intenção do Governo em resolver, o mais rápido possível, essa situação, mas eu gostaria de dizer que temos mais um problema de paralisação na cidade de Ponta Grossa. Hoje chegou a informação de que a empresa que está construindo o Hospital Regional em Ponta Grossa, a empresa ZVT, paralisou as obras do hospital. Os funcionários, as pessoas que estão construindo, estão paradas. Tudo paralisado porque o Governo não paga a empresa ZVT há 3 meses. Então, temos um problema a mais para ser resolvido também com relação à paralisação em Ponta Grossa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Marcelo, pela sua informação. Acho importante. Todos nós devemos nos unir e cobrar do Governo do estado que repasse os recursos para que a obra do hospital não sofra solução de continuidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ainda continua tomando um grande espaço na imprensa nacional e internacional, a prisão feita pela Polícia Federal de um dos maiores traficantes de drogas do mundo, Abadias e, junto com ele, outros comparsas foram presos em vários lugares do Paraná, inclusive aqui em Curitiba, onde esses traficantes de drogas mantinham atividade, mantinham moradias luxuosas. A felicidade do nosso povo, que muitas vezes é destruído pela droga que campeia em todo o Brasil, e quero crer que a droga hoje está em quase todo o planeta Terra.

Sou do tempo, ainda, que quando comecei a minha carreira como repórter, quando aparecia um viciado em maconha, em Londrina, por exemplo, a cidade toda dizia:

“Fulano é viciado em maconha, é maconheiro”. Era uma figura que se destacava das demais, ainda que um destaque de maneira negativa.

Nos dias em que estamos vivendo, já não é esse o retrato da droga que rola por aí. A droga, antes consumida pela camada rica da população, depois por uma faixa da camada rica, depois por uma faixa da camada remediada, agora também na faixa mais pobre da população, é comum encontrarmos a mãe, o pai e a família, desesperados porque sabem que o filho, às vezes quase criança, adolescente, já está sendo usuário de droga, maconha, cocaína, crack, às vezes heroína.

Ontem, um canal de televisão exibiu numa grande cidade do Brasil, a venda aberta do Tinner, que é uma coisa que vicia e a pessoa parte dali para o crack, para as outras drogas pesadas.

Teve um tempo, portanto, que a droga, o seu consumo era restrito, mas desgraçadamente a droga está destruindo a felicidade dos seus usuários e, também, de seus parentes, em todas as camadas da nossa população. A droga está na praça, está na rua, muitas vezes sendo vendida dentro da própria escola. Já teve caso aqui, de a polícia encontrar droga escondida no forro, no telhado de igreja. O viciado, muitas vezes no desespero de conseguir esta maldita droga, é capaz de matar a mãe, o pai, o avô, a avó.

Foi o que um grande psicólogo afirmou: que o usuário faz o que for preciso para tirar do seu caminho aquele que quer dificultar o seu acesso até a droga. Então, até na extrema necessidade de dinheiro ele chega, talvez até sem ter noção da gravidade do que está fazendo, mata o pai e a mãe, mata gente da própria família, pratica assalto para roubar o dinheiro para poder comprar a droga.

Sr. Presidente, de um lado tem esse problema que é a droga sendo vendida em todo o lugar. É muita mentira do noticiário, da imprensa, e não é culpa da imprensa não, quando eles põem lá na televisão, no jornal, no rádio, que pegaram a droga num caminhão de mudança, pegaram a droga no corpo de um bebê que estava morto, pegaram a droga dentro do boi que estava sendo mandado para o consumo da Europa. Quase sempre essa droga é descoberta, na verdade, não pela Polícia, é briga entre os traficantes. Eles brigam entre eles e acabam na ciumeira, ou até um para tomar o ponto do outro, como o Pablo Escobar. Alguém foi lá, do próprio meio do Pablo Escobar, denunciou o Escobar, ele foi morto. Mas daí parou o tráfico de droga? Mentira! Só mudou o inquilino do ponto de venda do tráfico de droga!

O Fernandinho Beira Mar, que as autoridades do Brasil usam como modelo, como se fosse o maior traficante de droga do Brasil, hoje na verdade é um farrapo humano. Se o Fernandinho Beira Mar sair na rua hoje, ou ele vai pedir esmola, ou os próprios traficantes vão matá-lo se ele botar a cara e se meter a besta de querer voltar ao tráfico de droga, porque o ponto dele já tem outro dono.

No entanto, fazem todo esse carnaval, avião especial e escolta para o Fernandinho Beira Mar, que deve continuar pagando pela gravidade do erro que cometeu ao se envolver com a droga. Mas, então, o traficante faz fortuna e não consegue se saciar. É o caso deste Abadias, o homem tinha patrimônio de bilhões e mesmo assim não estava satisfeito! Queria mais, mais, mais e mais! E até caiu por isso. Graças a Deus que caiu!

Sr. Presidente, nosso aplauso a todas as autoridades que efetivamente trabalham, não para sensacionalismo na imprensa, não para se autopromoverem, mas que de fato trabalham no combate aos traficantes de drogas. O viciado, dependente, merece o nosso amor, nossa mão estendida, nosso ombro amigo, nossas orações, porque eu não consigo entender, e creio que o viciado, todos, são pessoas infelizes, pessoas que merecem ser despertadas para que tenham vontade de se submeter a tratamento e se libertar deste maldito vício que é a droga.

No tocante à recompensa que o Governo dos Estados Unidos está oferecendo, já vinha oferecendo para quem desse pistas que levasse à prisão do famoso traficante Abadias, Sr. Presidente, levando em conta - está na imprensa do Paraná, de hoje - que esta prisão só foi possível, e que começou aqui no Paraná, mais precisamente em Curitiba e definitivamente no aeroporto do Bacacheri, há 2 anos é que começou tudo e que levou agora à prisão, nesta semana, deste maior traficante de drogas do mundo, o Abadias, há interpretações diferentes. Aceitar ou não aceitar os US\$ 5 milhões que o Governo americano ofereceu para quem desse pistas? O Brasil não deu pistas. O Brasil prendeu o traficante Abadias.

O ex-Ministro da Justiça, José Carlos Dias, especialistas na área penal, está dizendo hoje na imprensa que vai pegar muito mal, vai ficar muito mal para o Brasil se a Polícia Federal aceitar os US\$ 5 milhões que o Governo americano vai pagar de indenização.

Sr. Presidente, como a Polícia Federal é uma instituição do Governo Federal que está com o caixa cheio de dinheiro, o Presidente Lula está se dando ao luxo, até, de dar dinheiro que é do povo brasileiro para ajudar alguns países do nosso planeta. Não vamos entrar no mérito, porque não é o caso que está em discussão. Chegamos a concordar com o ex-Ministro da Justiça, que pode, sim, pegar mal se a Polícia Federal aceitar esta doação de quase R\$ 10 milhões do Governo dos Estados Unidos, porque prendeu o traficante Adadias.

Mas, Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, que é um homem humano, vejo quanta gente se debruça no ombro de V. Exa. pedindo socorro, pedindo ajuda para municípios, para instituições para entidades filantrópicas, e V. Exa. tem boa vontade de ajudar a todos, mas há um limite. Nem sempre é possível ajudar a todos.

Estamos vendo o drama do Hospital de Clínicas, que está pior que as vítimas da Guerra do Iraque. Eu estou vendo um grande trabalho que se faz no Hospital de Clínicas. Estou vendo o hospital da minha cidade, o Hospital do Câncer, que atende de graça pacientes do

Paraná e de todos o Brasil, pacientes que estão à beira da morte. Mas, o próprio hospital está enfrentando sérias dificuldades. Estou citando o Hospital de Clínicas, o Hospital do Câncer, de Londrina, mas há outros hospitais do Paraná que atendem com o maior amor, com a maior boa vontade, aqueles que estão à beira da morte, que são pessoas pobres, que não têm recursos para pagar um Hospital Albert Einstein, o mais caro do Brasil, ou algum outro hospital, num momento crítico e delicado de sua saúde.

Então, Sr. Presidente, tomo a liberdade de defender e concordar que não vai pegar bem para a Polícia Federal aceitar esse dinheiro dos Estados Unidos, mas que o Governo brasileiro aceite este dinheiro e invista-o no Hospital do Câncer, em Londrina, e demais hospitais, como o próprio Hospital de Clínicas, estes hospitais que atendem pobres, para equipar melhor e salvar mais vidas.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Só para elucidar melhor a questão do prêmio que o Governo americano vai pagar à Polícia Federal, este recurso irá para um fundo para combater ao tráfico de drogas. Só isto eu queria esclarecer a V. Exa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Agradeço a informação de V. Exa., mas o Governo brasileiro está rico. É um dos Governos do planeta que mais tem dinheiro em caixa, hoje, porque nunca o povo pagou tanto imposto, até com medo da Receita Federal, da Polícia Federal, com medo de ações, de punições, está lá, o Governo não está vencendo guardar tanto dinheiro, que é o imposto que o Governo está pagando.

Então, neste momento, graças a Deus não há esta necessidade de colocar este dinheiro lá, para fundo da Polícia Federal, mas sim, se o Governo está rico, se está com tanto dinheiro, volto a repetir, tem muita creche fechando portas, porque está sem verbas, tem muita instituição caindo, ameaçando desabar, tem hospital que está deixando de atender doente, porque não consegue, não tem equipamentos, não tem condições de pagar mais médicos, mais enfermeiros.

Sr. Presidente, para concluir, acho que seria muito bem vinda esta indenização do Governo dos Estados Unidos, não para a Polícia Federal - com todo o respeito, com toda a homenagem que a Polícia Federal está realizando - mas esse dinheiro seria muito bem vindo, abençoado para ajudar, volto a repetir, hospitais que lutam para prolongar ou para salvar a vida da população, principalmente dos mais pobres aqui do nosso estado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PTB, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Romanelli me mostra uma relação de coisas erradas relacionadas à FIEP. Eu acho que tem que mostrar para a imprensa, se realmente forem verdadeiras estas informações. Isto deveria dar cadeia. Eu já falei que não tenho a nada ver a eleição da FIEP. Eu só estou estranhando algumas coisas que estou vendo, aqui. E estes documentos que o Deputado Romanelli mostra, são documentos terríveis e que devem ser mostrados à imprensa. Até para ajudar este problema. São denúncias gravíssimas, e V. Exa. deveria mostrar para a imprensa, até porque não tenho paixão por nenhum candidato. Apenas estou estranhando algumas coisas.

Sr. Presidente, eu queria falar, hoje, sobre o Instituto de Educação de Ponta Grossa. Ontem o Deputado Marcelo Rangel falou aqui, o Deputado Plauto falou, o Deputado Péricles, os jornais, hoje, estão dando a notícia em Ponta Grossa de que houve um movimento, aqui na Assembléia. Mas, é importante falar que tudo aquilo que o Governo havia dito, de que faria, no dia 1º de fevereiro, dia no qual tomamos posse, aqui, como Deputados para este mandato, eu estava no Canguiri com o Governador. Naquele dia eu discuti com o Governador e foi onde começaram nossas brigas, quando eu disse a ele que ele poderia ter autorizado a fazer aquela reforma da parte de cobertura, pelo menos, que iria gastar perto de 1 milhão, e que o desconto dado pela empresa era um desconto de 21%, muito maior que o Hospital Regional, que foi 10%.

Então, naquele dia houve uma discussão e o Governador autorizou o Secretário Maurício Requião a fazer uma dispensa de licitação emergencial, como disse ontem o Deputado Plauto aqui, para fazer a obra do instituto. E me lembro que o Governador falou que iria fazer de toda a escola, não seria mais só a cobertura. Isso eu testemunhei no dia 1º, quando assumimos o mandato aqui e o Governador estava lá no Canguiri. Esse foi um dos motivos que me desentendi com o Governador, porque ele poderia ter autorizado aquela licitação, até porque tinha desconto e havia desconto suficiente para autorizar. Mas ele disse que não podia e que iria licitar de novo, e que não iria licitar, que iria fazer em caráter de emergência. E o Secretário Maurício Requião não fez. Isso foi em fevereiro e estamos em agosto. Daria tempo para fazer isso.

Quero deixar claro este outro lado e que o Governo não fez. Não sei porquê, ou porque não tem dinheiro ou porque não quis fazer. Levei lá o Pessutti, o Heras Brandão quando era Governador, todo mundo foi lá, todo mundo viu a situação. E agora a obra parece-me que não foi nem licitada.

Vi, aqui, o Deputado Rossoni falando ontem que era preciso chamar a atenção da FUNDEPAR.

A FUNDEPAR não existe mais, acabou, para quem não sabe a FUNDEPAR foi extinta. Foi extinta como se fecha uma empresa na calada da noite, foi fechada na calada da noite e no dia seguinte a Assembléia aprovou o fechamento da FUNDEPAR. O que tem a ver com a FUNDEPAR, agora está lá na Secretaria da Educação.

Gostaria de fazer uma sugestão. Quando eu era Prefeito de Ponta Grossa teve um episódio semelhante a esse, envolvendo um dos maiores educandários de Ponta Grossa, que foi o Colégio Regente Feijó. O Colégio Regente Feijó estava numa situação igual ao Instituto de hoje, estava caindo a cobertura, o telhado, o forro, as escadas estavam com buraco. A situação era grave, e o Governo Lerner não resolvia aquela parada. O que eu fiz como Prefeito? Eu fui lá, eu era o Presidente da Defesa Civil, na época o Prefeito era o Chefe da Defesa Civil, não sei se continua sendo hoje, o Presidente do FUNREBOM. Fui lá um dia e chamei os engenheiros do Corpo de Bombeiros, convoquei o pessoal do Conselho, levei todo mundo para o colégio, mandei todo mundo sair do colégio e interditei o colégio. Interditei o colégio estadual, até porque eu era o Presidente da Defesa Civil e aquilo iria cair na cabeça dos alunos. Qual é a minha responsabilidade? Mesmo que a escola fosse do estado eu fui lá e interditei, mas não abandonei os alunos. O que eu fiz? Desativei o maior ginásio de esportes de Ponta Grossa, que é o Oscar Pereira e construí lá 20 salas de aula de emergência. Fiz através de divisórias as salas de aula.

Quero dar uma sugestão ao Prefeito de Ponta Grossa. Não sei se ele vai ter peito como eu tive, ele é mais calmo, eu sou mais agitado, eu penso sempre primeiro na população. Mas daria uma sugestão ao Prefeito de Ponta Grossa: vai lá e interdita o Instituto, ele pode ir lá como Presidente da Defesa Civil, como Presidente do FUNREBOM, vai lá e interdita o Instituto e acabou. O estado que leve os alunos para outro lugar. Acho que é o único jeito de resolver a questão do Instituto, porque acabei de dar um depoimento aqui que o Governador autorizou o Maurício Requião, no dia 1º de fevereiro, a dispensar a licitação e fazer emergencial. Eu sou testemunha disso! E como não ocorreu, então aqui fica a sugestão: que o Prefeito de Ponta Grossa vá lá e interdite o colégio, que daí o estado tem obrigação de fazer!

E quero aqui fazer justiça a um ponta-grossense que me ajudou naquele momento quando aconteceu isso, que foi o nosso querido Augusto Canto Neto, que era Secretário de Obras e que foi lá e, como emergência, mandou fazer a reconstrução que está hoje no nosso Colégio Regente Feijó.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Jocelito, só para salientar que 7 salas do Instituto de Educação estão interditadas. Agora, o que fico impressionado é como é que pode uma autoridade deixar uma Instituição tão importante chegar a esse

ponto, a essa situação, onde crianças e professores estão sujeitos inclusive a sofrer perigo de vida. Uma tragédia pode acontecer a qualquer momento e isso realmente é um absurdo.

Então, pedimos, em caráter emergencial, que o Governo resolva essa situação do Instituto de Educação imediatamente, já que o dinheiro já está liberado, são 3 milhões, mas me parece que existe uma certa má vontade, as coisas estão muito embrulhadas, existe uma burocracia e não sei como pode ser resolvido, mas acredito que se tiver força de vontade, se tiver pulso firme, as coisas podem andar rapidamente. Precisamos desse parecer do Governo imediatamente!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, aqui só quero deixar esse depoimento e que fique registrado nos Anais desta Casa que dia 1º de fevereiro o Governador autorizou o Secretário Maurício Requião a fazer uma dispensa de licitação, em caráter de emergência, e fazer a obra do Instituto de Educação. Eu sou testemunha e foi lá na Granja do Canguiri.

Então, acho que está na hora de alguma providência ser tomada. Fica aqui o apelo ao nosso eminente Prefeito e hoje temos um Prefeito em exercício em Ponta Grossa, que é o radialista Rogério Serman, que ele possam, quem sabe, interditar, como fiz lá atrás no Colégio Regente, e o estado crie a devida vergonha e arrume aquele colégio, que é um dos maiores patrimônios da educação de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O senhor acabou esquecendo a Liderança do PPS antes da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdão! É verdade, mas V. Exa. poderá falar depois.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Ok! Muito obrigado!

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero dizer, em primeiro lugar, que embora reconheça que a questão relativa ao Instituto Educacional de Ponta Grossa seja uma questão importantíssima, quero reafirmar que efetivamente contratos por emergências são, de fato, absoluta exceção e efetivamente não é a

melhor técnica do ponto de vista da gestão do dinheiro público. Por isso, é melhor fazer um procedimento licitatório, com igualdade de condições. Quem esperou tanto tempo, Deputado Jocelito - porque vamos ser sinceros aqui e ontem à noite ainda refletida sobre isso - quantos anos que não se fez nada pela educação do estado do Paraná, nada pela educação do município de Ponta Grossa?

Então, temos que reconhecer que a obra já poderia ter iniciado, mas houve uma série de questões problemáticas, que V. Exa. conhece como ninguém, porque sinceramente V. Exa. é um Deputado que acompanha de uma forma absolutamente detalhada cada um dos investimentos.

Quero até fazer uma correção aqui, porque o nosso Vice-Governador Orlando Pessutti me relatou do convênio que V. Exa. fez em fazer a reforma total do prédio e o Governador Roberto Requião, claro, concordou, por conta da importância daquela unidade escolar para o município de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem falei aqui sobre a questão da FIEP. Estou aqui estarelecido com os documentos que recebi, porque são oficiais da Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria Geral da União, que fez uma auditoria naquele órgão no período de 2005. Foram constatados gravíssimas irregularidades: contratação de serviços advocatícios para contrato de casas particulares, são valores expressivos; viagens para os Estados Unidos, Europa; despesas sem nenhuma comprovação. São valores emitidos pelo TCU, Secretaria de Controle Externo do Paraná. São questões de impugnação de despesas efetuadas, são muito graves e envolvem pessoas vinculadas ao Presidente da FIEP, Diretor Regional do SESI.

Não é meu estilo ficar aqui levantando esses temas todos. Já tive uma divergência aqui nesta Casa com o Rodrigo Rocha Loures por conta que ele veio nesta tribuna falar mal da política industrial do estado. Dizia ele que o Paraná não tinha política industrial.

O Paraná cresceu 10%, industrialmente, no 1º semestre. Dez por cento! Não é pouco! Isso é fruto do esforço que nossos empresários, nossa sociedade e o Governo faz para desonerar o setor produtivo, criando políticas de incentivo fiscal dentro das limitações que o estado pode fazer.

Creio que essas irregularidades que são apontadas nesse relatório são denúncias graves e, certamente, o Presidente tenha condição de respondê-las.

Não é possível que o Presidente da FIEP possa continuar tendo uma postura contrária ao interesse do conjunto da sociedade paranaense e poder defender interesses específicos, especialmente relativos ao porto de Paranaguá, para atender um empresário que tem interesse e que foi alguém que ajudou muito num processo recente que tivemos.

Tem uma eleição na semana que vem, uma eleição de um colégio eleitoral fechado, e qualquer que seja o

resultado, não tenho dúvida que a FIEP tem que mudar um pouco, tem que ter uma prática mais democrática, tem que se abrir para a sociedade, tem que ter uma relação com as empresas do nosso estado, porque, sinceramente, tenho recebido os convites, nunca vi fazer tanto evento. É uma verdadeira prosopopéia para poder discutir temas que, na minha avaliação, são pouco relevantes em relação à realidade da nossa economia e às demandas que têm os nossos empresários.

Agora, esses questionamentos que são feitos aqui pelo Tribunal de Contas da União - TCU, e pela Controladoria Geral da União, esses documentos me chegaram agora pela manhã em minhas mãos, acho que foi por conta do que eu falei ontem, tem um processo eleitoral, e aí as pessoas falam. Mas apenas para não ficar no vazio de ter falado uma coisa aqui e não ter dado uma sequência, estou me referenciando, até porque eu mantenho com o Rodrigo Rocha Loures, tanto o pai quanto o filho, um relacionamento cordial, respeitoso, de muitos anos, e quero que continue assim. Agora, o processo eleitoral da FIEP, de fato, é um processo eleitoral que temos que reconhecer que tinha que estar sendo discutido agora, e como a FIEP, o SENAI, o SESI, poderiam estar alavancando a nossa economia, poderiam na verdade estar fazendo as grandes e boas parcerias; e nós efetivamente, estamos discutindo, única e exclusivamente, a disputa pelo poder, quando na verdade essa questão deveria ser quase que impessoal numa entidade como é a Federação das Indústrias. Como eu disse ontem aqui: orçamento da FIEP no Paraná é mais de R\$ 260 milhões por ano, é muito dinheiro e que tem que ser aplicado com, transparência naquelas questões que são essenciais.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar nesta Casa a presença dos Vereadores de Manoel Ribas, Mair José Guerber, Moacir Gueler e Aparecido dos Anjos de Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos, Srs. Vereadores, nesta Casa.
PPS. Com a palavra, Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, um ótimo dia a todos.

Antes de entrar no tema respeito da Sessão Extraordinária que fizemos ontem, finalzinho da tarde, comecinho da noite, aqui na Assembléia Legislativa, da Comissão de Transportes a respeito do Aeroporto Afonso Pena, Sr. Presidente, só gostaria de dizer que recebemos uma resposta a um requerimento que a Bancada da Oposição apresentou e

foi aprovado aqui no Plenário da Assembléia Legislativa há a cerca de 30 dias, um requerimento com a seguinte ordem: nós pedimos, fizemos uma indagação ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti, sobre o cumprimento de uma lei, uma lei estadual, está previsto na Constituição, sobre a publicação em Diário Oficial do relatório de despesas da administração direta, indireta e fundacional, com propaganda e publicidade dos atos. A partir do momento que o Governo publica atos oficiais em jornais, divulga em estações de rádio, em emissoras de TV, fica obrigado por lei a publicar no Diário Oficial, semestralmente.

Recebemos a resposta da Secretaria da Comunicação Social, falando que as informações estão disponíveis no site do Governo. Uma resposta esdrúxula, ridícula. Eu não perguntei nada sobre site do Governo. Nós pedimos informações sobre o Diário Oficial. Nós não fizemos a pergunta sobre o site, nem tampouco sobre a Lei de Licitações. Ou seja, esta resposta, Sr. Presidente, não tem nada a ver com o que nós pedimos.

Por isso, a Bancada da Oposição, não está recebendo a resposta do Sr. Secretário. Isso aqui, infelizmente, não vale absolutamente nada! E vamos buscar, através de uma ação judicial, a resposta da Secretaria da Comunicação Social. Não estamos aceitando resposta evasivas, respostas inverídicas, porque isso é crime, tentar ludibriar o Parlamento é crime de responsabilidade. Mais uma vez, devido à incompetência da Secretaria da Comunicação, o Governo do Estado do Paraná vai acabar pagando o pato!

O motivo de eu estar hoje, na tribuna, é para falar sobre a Sessão Extraordinária que fizemos, ontem, da Comissão de Transportes. Eu falo pela presidência da Comissão de Transportes e o assunto em pauta, no comecinho da noite de ontem, era o Aeroporto Internacional Afonso Pena. Nós trouxemos em pauta a questão da saturação do Aeroporto Afonso Pena, que está operando com a sua capacidade máxima. Srs. Deputados, o aeroporto não tem boas perspectivas.

Eu participei da Comissão de Investigação sobre o apagão aéreo, no começo do ano, juntamente com o Deputado Kielse. Em contato com a Superintendência da INFRAERO, o Superintendente nos disse que, mesmo com investimentos no aeroporto, o nosso aeroporto internacional não conseguirá atender a demanda nos próximos anos, não conseguirá suprir as necessidades e estará, novamente, saturado em apenas 3 ou 4 anos. Teríamos, Srs. Deputados, que ter um aeroporto de suporte no Estado do Paraná, um aeroporto específico para cargas, não só para auxiliar o Aeroporto Afonso Pena que, inclusive, é um dos aeroportos que fica mais tempo fechado por condições climáticas em todo o Brasil, mas também para desafogar o tráfego aéreo de cargas. Nós precisávamos da construção desse aeroporto numa região próxima à Região Metropolitana de Curitiba.

Nós temos no Brasil o exemplo do Aeroporto Viracopos, que é um dos mais movimentados do país e, inclusive, agora, está auxiliando devido aos problemas que os aeroportos de São Paulo sofreram.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado permite um aparte?

(Assentimento)

Quero apenas parabenizá-lo por essa iniciativa. Eu conversei com V. Exa., ontem, a respeito de se levantar essa bandeira na cidade de Ponta Grossa. Que seja feito um novo aeroporto para o estado do Paraná, em condições de receber cargueiros com mercadorias que vão para o Paraná como um todo, além, acho que tem que ter no futuro, a questão do terminal de passageiros. Acho que é uma opção para Curitiba que, mesmo ampliando e modernizando o seu aeroporto, seria importante ter uma segunda opção no estado do Paraná para vôos de grandes portes. Poderia ser feito como já tem alguma coisa em Londrina e Maringá, também no centro do Paraná, em Ponta Grossa. Conte conosco!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputado Reinhold Stephanes Júnior. Tenho certeza absoluta que teria a ajuda, o apoio desse nobre Parlamentar que faz um trabalho fabuloso aqui na Assembléia Legislativa e vou pedir seu auxílio, Deputado, para entrar em contato com o Ministro, seu pai, e com a Ministra Dilma Rousseff para fazer essa reivindicação.

Também falamos, ontem, na Sessão Extraordinária, a respeito das transportadoras que estão precisando de uma lei que assegure a questão do não pagamento do pedágio, pelo menos, para que os eixos que não estiveram em uso não recebam a tarifa de pedágio. Vamos trabalhar nesse sentido. Vamos realizar, também, uma viagem para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina para fazer um comparativo de serviços das concessionárias do sul do país, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com as concessionárias aqui do estado do Paraná. Estaremos fazendo isso, nos próximos dias, para fazer um parecer e aqui na Assembléia Legislativa podermos levar ao povo do estado do Paraná, pelo menos, as nossas considerações a respeito dos serviços das concessionárias de pedágio do nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança da Oposição: Deputado Augustinho Zucchi (PDT)**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Sr. Presidente, eu não falaria até porque estamos com o horário um tanto adiantado, mas o Deputado Romanelli, na sua intervenção como Líder do Governo, falou sobre a questão da FIEP. E o Presidente Nelson Justus, V. Exa. já foi Secretário da Indústria e Comércio do nosso estado, imagino que não seria recomendável para a Assembléia discutir a sucessão da FIEP, porque é uma entidade que representa a organização de um setor importante da vida paranaense que é o setor industrial. O estado não deve interferir, porque quem tem que saber quem é

melhor para dirigir a FIEP, na minha opinião, devem ser os empresários do Paraná que são filiados à FIEP.

Também não é recomendável que nenhuma entidade seja submissa aliada de qualquer Governo de plantão. Com a palavra o Dr. Rodrigo Rocha Loures, outrora aliado do Governador, percorria o Paraná sempre poupando o Governo, sempre em palavras elogiosas. Com a palavra o Governo. Quem sabe aqui fosse apropriada aquela velha máxima que remete um pouco do Livro Sagrado, cita personagens do Livro Sagrado, mas que muita vezes se pronuncia em casos como esse: “Quem pariu Mateus que o embale”.

O que nós, aqui, temos de saber das denúncias que o Governo assaca contra o atual Presidente? Por que essas denúncias não vieram antes das eleições? Quais as razões que levaram a retardar essas denúncias e agora o outrora aliado passa a ser um desafeto preferencial? E não é o primeiro, Deputado Jocelito! Aliás, é uma regra meio geral do procedimento que vemos muitas vezes no Governo. Quem era aliado acaba sendo desafeto, quem era desafeto acaba sendo aliado. Como diria o jornalista Fábio Campana, da política nativa.

Não é recomendável, na minha opinião, que a Assembléia Legislativa discuta a sucessão da FIEP. Quero crer que empregados bem sucedidos, geradores de empregos, devem saber o que é melhor para a sua entidade, que é uma entidade de classe, e que essa entidade está elegendo a sua diretoria.

Quanto ao desejo de prejudicar este ou beneficiar aquele, “quem pariu Mateus que o embale”.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 250/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a doação de imóvel urbano de propriedade do estado do Paraná à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2334, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 09 do corrente mês, pelo motivo de estar realizando consulta médica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas em geral, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E COPTC. COM SUBSTITUTÍVEL GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado em 2ª Discussão. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto de Canto e Música São Domingos Sávio, com sede e foro na cidade de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do bairro Santa Rita de Cássia, com sede no município de Santa Rita de Cássia e foro no município de Palmital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/07, de autoria do Deputado Pérciles de Mello, que declara de utilidade pública a União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Viva a Vida - AVIDA, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação Ministério Melhor Viver, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/07, de 03/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 480/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, declara de utilidade pública a Associação Ministério Melhor Viver, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Quarto Centenário, com sede e foro em Quarto Centenário. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/07, de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 483/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Quarto Centenário, com sede no município de Quarto Centenário e foro na comarca de Goioerê.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, verifica-se que na realidade o foro para a resolução de qualquer problema, ou mesmo para o controle da associação, é de competência da comarca de Goioerê, razão pela qual sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, conforme artigo 137, parágrafo 4º.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, em conformidade com a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 483/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Artesãos de Quarto Centenário, com sede no município de Quarto Centenário e foro da comarca de Goioerê”.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, com sede e foro no município de Bela Vista da Caroba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 505/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Bela Vista da Caroba e foro no município de Capanema.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a associação que se pretende declarar de utilidade pública possui sede e foro em municípios diferentes do estabelecido no artigo 1º do presente projeto. Desta forma, sugere-se a **emenda substitutiva** em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer **favorável**, na forma da **emenda substitutiva** em anexo.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 505/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, com sede no município de Bela Vista da Caroba e foro no município de Capanema.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner, Carlos Simões, Reni Pereira e Professor Luizão.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de utilidade pública estadual a Fundação de Esportes Amador de Cascavel - FUNDEAVEL, com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 509/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei declara de utilidade pública estadual a Fundação de Esportes Amador de Cascavel (FUNDEAVEL), com sede e foro no município de Cascavel/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer **favorável**.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de julho de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2007, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Edson Strappasson, Plauto Miró e Dobrandino da Silva.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 060/07

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 060/07, dando conhecimento do relatório de movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas do Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2007, regulamentada pela Resolução nº 003/04.

Analisando o referido relatório e demais peças à ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se de conformidade com a legislação vigente, não restando dúvidas quando à exatidão das contas prestadas.

Pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2330, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 2321, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Antonio Belinati, Durval Amaral e Ribas Carli Filho, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 364/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 480, 483, 505, 509/07 e do Projeto de Resolução nº 022/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 345 e 531/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1519/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5886, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANTENOR MARTINS DE LIMA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1520/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5830, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GILMAR TRENTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1521/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6177, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FLAVIA DE MIRANDA CRUZ MIXOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1522/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6178, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIO CEZAR CHAVES FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1523/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

prover CARLA GEOVANA KRYGIER GRITEN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1524/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5777, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIANE CASTILHO ROCHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1525/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5779, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ZELIA DO CARMO SANTANA CESARIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1526/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5778, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DIOCLECIO DOMINGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1527/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5781, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MICHELE BARBOSA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1528/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5780, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DEIVIDI RAFAEL DZIURKOWSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1529/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5782, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover THIAGO SOUZA DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1530/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5783, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEANDRO DE ASSIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1531/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5885, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SIMONE MEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1532/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

prover CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1533/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5976, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE LOPES DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1534/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

prover OLGA MAZZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1535/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5986, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCOS CARDOSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1536/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5980, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIO LUIZ DE MELLO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1537/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

prover ALEX OLIVEIRA DE ABREU, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1538/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5969, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALESSANDRA MEDEIROS RADICHEWSKI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1539/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

prover SAMUEL IEGER SUSS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01.07.07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Publicações Administrativas:

Abono de Permanência

Protocolo: Nº 6937/07

Data: 10/07/07
Requerente: MARIA ELIZABETH GÜTHER CAMATI
Assunto: Abono de Permanência (solicita)

DESPACHO

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.
2) Ao DSE para publicação.
3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 08/08/07.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Contagem de Tempo

Protocolo: Nº 6906/07
Data: 10/07/07
Requerente: CELIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS
Assunto: Contagem de Tempo de Serviço

DESPACHO

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.
2) Ao DSE para publicação.
3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 08/08/07.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Resumo do Pregão

Protocolo: Nº 4842/06
Data: 17/05/07

RESUMO DO PREGÃO 008/07				
Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor	Protocolo de Pgto
1	TSG Comércio de Materiais de Informática Ltda.	Toner para impressora Lexmark conforme o edital	17.350,00	7886/2007
2	LDS Trading Comércio de Produtos para Escritório Ltda.	Toner para impressora HP 4100	7.100,00	7883/2007
3	LDS Trading Comércio de Produtos para Escritório Ltda.	Toner para impressora HP conforme o edital	4.450,00	7883/2007
4	Servtécnica Automação Ltda	Toner Toshiba conforme o edital	1.000,00	7839/2007
5	Lenine Toniolo - ME	Papel toalha, conforme o edital	5.120,00	7765/2007

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao senhor Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

(aa) PAULO CEZAR S.M. PIMPÃO - Pregoeiro
LUCI MARTINS AZEVEDO - Equipe de Apoio
MARCELO GONÇALVES CORDEIRO
Equipe de Apoio

Em 06 de agosto de 2007.

